

# Efeito fiscal é imediato

Angelo Augusto Costa  
de São Paulo

A Medida Provisória nº 3, que autoriza o diferimento, em até quatro anos, das perdas cambiais apuradas neste ano, não terá efeitos fiscais. A exemplo do que ocorreu em 1999, quando o governo tomou a mesma medida para aliviar os balanços, o prejuízo com a variação cambial terá de ser integralmente reconhecido neste ano na apuração do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Na prática, o impacto das perdas cambiais nos tributos será sentido agora, reduzindo, como despesa, a base de cálculo do IR e da CSLL de uma só vez. "É como se não houvesse diferimento", afirma o advogado Vinícius Branco, do escritório Levy & Salomão. Ele diz que a medida terá efeito apenas no resultado contábil das empresas, pois estão previstos ajustes que anulam eventual parcelamento do prejuízo na hora de recolher os tributos. "Com o resultado contábil maior, é possível distribuir mais dividendos e juros sobre o capital próprio aos sócios", diz o sócio da consultoria Ernst & Young, Luiz Guilherme Frazão.

A Contribuição para o Finan-

ciamento da Seguridade Social (Cofins) e o Programa de Integração Social (PIS) tampouco são afetados, pois incidem sobre as receitas, pouco importando o prejuízo que a empresa tenha apurado. Assim, por exemplo, se a companhia tiver contratado "hedging" (proteção) para tentar cobrir as perdas com a variação do câmbio, o resultado positivo dessa operação estará sujeito a PIS e Cofins. "É possível, porém, discutir na Justiça a possibilidade de excluir as perdas com a variação cambial do PIS e Cofins se, em meses anteriores, houve receitas tributadas com o câmbio", diz o advogado Marcos Barbosa, do escritório L.O. Baptista Advogados.

Na verdade, os técnicos do governo tiveram pouco trabalho para redigir a medida provisória. O texto é a repetição da MP nº 1.818, de março de 1999, com pequenas adaptações. Foi mantida até mesmo a opção, para efeitos fiscais, pela conversão em reais dos pagamentos e recebimentos do exterior de acordo com câmbio do segundo dia útil anterior ao da operação. "Mas o governo se reserva o direito de exigir a diferença se o câmbio na data da operação for maior", diz Frazão.